
**O uso da câmera de vídeo na observação-ação-participativa:
por uma ressignificação comunitária de refugiados venezuelanos
em situação de abrigo em Boa Vista/Roraima¹**

Lisiane Machado Aguiar²
Tainá Aragão de Almeida³
Universidade Federal de Roraima, RR

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o uso metodológico da observação-ação-participativa com câmera de vídeo para o estudo empírico de crises migratórias. Considerando que na maioria das vezes são as narrativas midiáticas que constroem os discursos audiovisuais hegemônicos, se faz necessário incluir as populações minoritárias na produção de conteúdos comunicacionais. Dessa forma, possibilitando a ampliação do repertório de interpretações e versões sobre a imigração em massa. Por meio desses enfoques de investigação há a confluência de uma trans-multi-metodologia, em que é possível construir com os imigrantes venezuelanos um ambiente de produção comunicacional com intuito de fortalecimento da autoimagem, de auto-reconhecimento e de protagonismo comunitário.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação comunitária, imigração, observação-ação-participativa, câmera de vídeo.

1. INTRODUÇÃO

A crise política e social da Venezuela ocasiona a imigração de em média 300 pessoas diárias para o Brasil⁴ e impõe um novo desafio para o país. Principalmente para o estado de Roraima que já possui 10% da população composta por venezuelanos. O Brasil reconfigurou sua lei migratória em 2017 e passou a ser considerado um dos países signatários em direitos humanos por obter uma proposta de inclusão social do sujeito migrante/refugiado no país garantindo, por exemplo, o acesso gratuito à saúde, educação e a inserção igualitária no mercado de trabalho.

Contudo o governo federal possui um plano de gestão questionável perante a imigração venezuelana, pois adota uma postura que impulsiona a militarização na gestão do fluxo migratório e, ainda, cria medidas tímidas de interiorização para a redistribuição territorial dos migrantes. Não apresenta evidências de nenhum plano de capacitação profissional, validação gratuita de diploma e, tampouco, um programa de

¹ Trabalho apresentado no GP América Latina, Mídia, Culturas e Tecnologias Digitais, XVIII Encontro dos Grupos

² Professora do Curso de Jornalismo da UFRR, e-mail: lisiaguilar@gmail.com

³ Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da UFRR, e-mail: tainaacolita@hotmail.com

⁴ Dados disponíveis no Parecer Técnico nº 208/2017. Populações indígenas; Direitos Humanos; Cidadania Indígena em Fronteiras Nacionais.

inserção no idioma local. Seguindo os mesmos passos, o governo local - municipal e estadual - ainda reforçam o discurso de ódio por meio do pedido de fechamento de fronteira e com políticas de “limpeza da cidade”, que cobrem praças com tapumes para esconder aglomerados de imigrantes e, após a remoção desses, proíbe qualquer tipo de ocupação pública por estrangeiros⁵.

Fatos que geram um ciclo de imensa violação de direitos humanos e, apesar de uma lei já consolidada em nível constitucional, aguça a necessidade de um plano de trabalho integrado que acolha os venezuelanos respeitando as diretrizes dos direitos humanos e, principalmente, dialogando com as suas necessidades. Premissas que para serem alcançadas também perpassam a comunicação e as produções de sentido promovidas por ela.

Quando falamos em comunicação estamos falando de um oceano de possibilidades de aprendizados, ruídos e infinitas necessidades de intercâmbio, pois a comunicação é feita essencialmente de trocas. Seja cultural, informacional, emocional, política e social, comunicar é um direito básico porque passa pela capacidade de dizer qual é o melhor caminho, de posicionar-se, seja individualmente ou comunitariamente. É, pois, o que diz respeito às diretrizes que compõe a cidadania, no qual determinado grupo, etnia, ou margem social pode criar um sentido de pertencimento a algo ou lugar (PERUZZO, 2008).

A comunicação, por isso, deve ser desenvolvida no âmbito das comunidades, coletivos e afins, para além do interpessoal, mas também na criação de mecanismos de representação legítima dos anseios e desejos de determinado grupo. Ou seja, uma comunicação que nasça de dentro da comunidade para fora. A comunicação é um direito, mas para pensar em direito tem-se que problematizar o caminho que o faz efetivo, que o permite tornar-se palpável, ou seja, como esse direito está garantido ou não-garantido para a população em geral? Mas, frente a tantas problemáticas sociais que o Brasil vivencia, qual é a importância de se garantir a comunicação também para grupos minoritários, como os sujeitos imigrantes/refugiados?

Nos meios tradicionais o que se vê é a procura de um especialista que dê conta das problemáticas individuais dos imigrantes, mas os que realmente fazem esse trajeto físico e emocional do deslocamento, ficam em segundo plano. Muitas vezes, os

⁵ Nota pública da prefeitura de Boa Vista. Disponível em:
<<https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2018/05/imigracao-venezuelanos-que-viviam-na-simon-bolivar-sao-levados-para-abrigos>> Acesso em 28 jun. 2018.

imigrantes são convocados a dizer versões já padronizadas sobre o assunto, desconsiderando a diversidade imigratória e as múltiplas capacidades interpretativas dos sujeitos refugiados nos processos narrativos.

Considerando que, na maioria das vezes, são as narrativas midiáticas que constroem os discursos de verdade, incluir as populações marginalizadas na produção de conteúdos comunicacionais garante a ampliação do repertório de interpretações e versões sobre a imigração em massa para o Brasil. Para isso, problematizamos a observação-ação-participativa e o uso da câmera de vídeo como ferramenta trans-multi-metodológica para uma ressignificação comunitária de refugiados venezuelanos em situação de abrigo em Boa Vista/Roraima.

2. Cartografias entre a observação-ação-participativa e o uso da câmera de vídeo

A aproximação das autoras ocorreu na disciplina de Metodologias de Pesquisa em Jornalismo (2018/1) e a conexão com o tema surgiu tanto por serem migrantes em Boa Vista como pela simpatia inerente com a comunicação comunitária, cidadã, alternativa e contra hegemônica.

Participando como jornalista e produtora de conteúdos comunicacionais do projeto *Somos Migrantes*⁶, a aluna de Jornalismo Tainá Aragão de Almeida observou que, para se produzir uma comunicação com responsabilidade social e que aponte outros olhares ao fluxo imigratório venezuelano, sem reproduzir violências, era preciso se acercar às pessoas, deixar que eles contassem suas histórias de vida e estar disposto a escutar, observar e participar das dinâmicas realizadas nos abrigos.

Nesse trajeto de ir e vir entre abrigos e estar em contato contínuo com os imigrantes venezuelanos em diferentes espaços, incluindo os festivos, descobriu que mesmo com alguns pontos em comum que motivam o deslocamento, a imigração é diversa, e essa diversidade também deve ser pensada na formulação de políticas públicas que os envolvam e acolham. Um exemplo disso, talvez o mais marcante, é a distância entre a imigração indígena e não indígena, e como essa distância deve ser pensada também no ato de comunicar para que seja possível entender a profundidade de um deslocamento em massa e, acima de tudo, visando a diminuição da xenofobia ou qualquer outro tipo de violência que envolvam a nacionalidade. Por meio da

⁶ Site do projeto: <https://www.somosmigrantesrr.org/>

metodologia *observação-ação-participativa*, é possível desenvolver oficinas de ressignificação comunicacional utilizando a premissa de cidadão multimídia na criação de narrativas independentes para o ciberespaço, que estimulem a formação comunicacional, participação política e engajamento comunitário dos refugiados venezuelanos, possibilitando aos imigrantes serem mais que *personagens* para se tornarem *produtores*.

Nessa mesma via de articulação a professora, Lisiane M. Aguiar, trouxe sua experiência ao ter participado do projeto⁷ CAPES/DGPU: *Publicidad, propaganda, alteridad y ciudadanía: estrategias transmetodológicas de análisis de la diversidad en los contextos de cambio económico y social de Brasil y de España*. Dessa participação foi possível não apenas estudar a perspectiva metodológica multimodal (LORITE-GARCÍA, 2015, 2013, 2010, 2009, 2008, 2006), mas também trabalhar com a câmera de vídeo para a investigação: “*Estudio multimodal de la representación de la diversidad en la publicidad española y efectos interculturales en las ciudades del Mediterráneo en tiempos del crisis*” (MINECO-MIGRACOM).

Em congruência a esse processo, outra linha teórico-metodológica trabalhada no Brasil no grupo de investigação Processocom - Processos comunicacionais: epistemologia, mediatização, mediação e recepção – é a epistemologia transmetodológica (MALDONADO, 2015, 2008, 2006, 2003, 2002). Com a combinação desses dois enfoques de investigação buscamos obter uma ferramenta *trans-multi-metodológica* utilizando o vídeo na investigação.

Em 2016, acompanhando a crise dos migrantes sírios que cruzavam o mar mediterrâneo enquanto estava em Barcelona, e agora atuando como professora em Roraima vem acompanhando os migrantes Venezuelanos que chegam ao Brasil. Utilizando o vídeo participativo (SÁNCHEZ e DOMÍNGUEZ, 2014) para produzir material que explore alternativas às narrativas audiovisuais hegemônicas (que condicionam nossa maneira de olhar e interpretar o mundo), ainda mais com a crise humanitária que estamos acompanhando é necessário ferramentas para reinventar-se comunicativamente.

⁷ Durante o doutorado sanduíche (Lisiane M. Aguiar - <http://lattes.cnpq.br/7856133108794707>).

3. A câmera de vídeo e a análise multimodal

A análise multimodal é uma perspectiva metodológica que tem como enfoque compreender o tratamento da diversidade sociocultural. Isso quer dizer que a análise de conteúdo da mostra selecionada é complementada com o estudo dos processos de produção de ditos discursos, e ambos, a sua vez, com sua recepção em determinados entornos de população diversa e da análise dos processos de dinamização intercultural ou das relações entre as diferentes culturas autóctones e de origem migrante ou estrangeira.

Para Lorite-García (2015, 2013) o estudo multimodal deve trabalhar de forma quanti-qualitativa. O quantitativo permite avaliar, por exemplo, os estereótipos, tópicos, tendências socioculturais, signos de identidade e funções estéticas e compreender, assim, como aparece tratadas as migrações e em que se diferenciam da população autóctone, quais são os fenótipos, traços físicos e valores predominantes dos atores gravados. A partir do quantitativo se deriva ao qualitativo para reflexionar a representação audiovisual e textual desde a recepção. Aprofundando a comunicação intercultural propiciada nos novos entornos urbanos multi e interculturais tendo em conta os meios de comunicação.

Nesse contexto, a transmetodologia dialoga com a perspectiva multimodal oferecendo uma epistemologia adequada para construir o ‘problema de investigação’ junto ao uso da câmera de vídeo em três dimensões: a contextualização do problema/objeto situando em seus múltiplos contextos (científicos e humanistas); da investigação empírica como recurso metodológico; e da prática teórica como forma de trabalhar com as imagens de forma crítica e renovadora. Assim, é possível pensar que essas dimensões, ao convergirem, ajudam a estabelecer um uso científico da câmara de vídeo ao carácter multicontextual das investigações sobre as crises migratórias.

O investigador guiado por essas perspectivas necessita desmitificar alguns paradigmas. O primeiro é desfazer uma lógica hegemônica que apenas busca tirar proveito da cientificidade capitalista para pode desenvolver uma ecologia científica, ou seja, é situar o conhecimento humanístico como um elemento central da investigação. Nesse contexto, desde a perspectiva multimodal, a indicação principal é de aplicar mediante mostras representativas o marco de indicadores quanti-qualitativos, multivariantes e que permitam dar a conhecer o tratamento da diversidade das imagens

gravadas para, a partir disso, verificar sua aplicação e sugerir um tratamento adequado mediante boas práticas inclusivas.

Portanto, dar à câmera de vídeo um uso que não consista apenas em gravar imagens, mas sim confrontar conhecimentos em diálogo múltiplo com outras áreas de conhecimento (Maldonado, 2006). Por exemplo, desde uma perspectiva multimodal é possível analisar os discursos audiovisuais desde a produção, emissão, recepção e dinamização social. Desde a produção podemos realizar entrevistas em profundidade a informadores e máximos responsáveis dos meios locais, observando as rotinas produtivas. Desde a emissão é necessário analisar uma mostra quanti-qualitativa de conteúdos informativos dos meios locais selecionados. Desde a recepção levar a cabo um estudo entre uma mostra de tipologias de cidadãos das localidades analisadas e os testemunhos de responsáveis técnicos, políticos e estudiosos dos temas da diversidade cultural, migração e interculturalidade. Desde a dinamização é imprescindível aprofundar os processos de dinamização intercultural produzidos pelos meios locais a suas audiências diversas, ou seja, a relação entre pessoas de diferentes procedências geográficas e identidades culturais heterogêneas (LORITE-GARCÍA, 2015, 2013).

Dessa forma, o investigador dotado de uma visão epistêmica ampla procederá realizar a investigação com o uso da câmera como uma prática de conhecimentos heterogêneos. Neste enlace há uma prática de renovação de conhecimento e, portanto, de constante criação em que o desafio é romper com um saber centralizador, não apenas em teoria, mas como uma prática constante do processo de investigação.

4. A observação-ação-participativa em comunidades

A imigração internacional é um elemento já integrante da sociedade global e não começou a partir da modernidade, contudo ganhou potência a partir de 1945. Hoje em dia, o movimento humano no mundo já ultrapassou a cifra de 200 milhões de pessoas, e esse número não pára de crescer (PATARRA, 2006). No Brasil são centenas de comunidades espalhadas, compostas por dezenas de pessoas, de origens culturais e étnicas diversas. Segundo dados na Organização Internacional das Migrações, atualmente vivem cerca de 700 mil imigrantes no país.

As comunidades fazem parte do processo de imigração, ligadas ou não a deslocamentos em massa, já que quando um estrangeiro chega a outro país, ele procura

seus próprios para se relacionar e trocar experiências, para se sentir pertencente a algum espaço. Nesse sentido, as comunidades de estrangeiros se apresentam como uma potência criativa da própria identidade coletiva, sendo um espaço onde se gera espontaneamente outras fronteiras difusas entre a interação com outra cultura e a afirmação da própria.

Comunidades podem ser vistas como um aglomerado de conhecimento vivo, uma experiência coletiva de pessoas que formaram contratos sociais de interação e identificação. Em 2013, a Venezuela criou o *Consejo Presidencial del Gobierno Popular con las Comunas*, foram impulsos para uma política de construção comunitária. Nesse marco histórico *comuna* foi conceituado como:

uma forma de organización político social, fundada en el Estado democrático y social de derecho y de justicia establecido en la Constitución de la República, en la cual el poder es ejercido directamente por el pueblo, con un modelo económico de propiedad social y de desarrollo endógeno sustentable, que permita alcanzar la suprema felicidad social. La célula fundamental de conformación del estado comunal es la Comuna (ALVES, 2016, p. 24).

Esse conceito se aproxima da problematização que trazemos à discussão: *como comunidades de imigrantes podem se organizar para propor uma diferente perspectiva social que rompa com os estigmas legitimados e diminua a distância entre o estrangeiro e o migrante?*

Entendemos que a comunidade é um aspecto de extrema importância na composição da soberania social e cidadania, que impulsiona a participação e a organização política, pois rompe com uma lógica hegemônica de discursos.

Tendo em vista que “el extranjero no es sólo el excluido de la lógica social predominante. Es también el que tiene un secreto: sabe que existe otro modo de vida, o existió, o podría existir” (CANCLINI, 2013, p. 19). A comunidade é o ponto de partida para se constituir outras lógicas de vida, mais dialógicas e plurais para a disputa de espaços institucionalizados, por sentido e formas de vida que promovam e respeitem outras concepções de mundo. Por esse objetivo, nasce na Venezuela a discussão de “*Comunalizar el poder*”, que contribui para entender esferas profundas da organização comunitária:

Es un horizonte político convertido en programa de lucha por comunidades heterogeneas que desde su diversidad de practicas territorializadas o sectoriales reconocen el comunal como esencia y materia de su accionar transformador. Son estrategias que van reconstruyendo el tejido social y el despliegue de la potencia popular desde el ejercicio de una soberania basada en la democracia radical, participativa y protagonica” (ALVES, 2016, p. 78).

Comunalizar o poder significa dar espaço para que as comunidades produzam e outorguem autonomia política através do exercício de representatividade. O poder comunal ou comunitário se expressa como uma forma de poder democrático e distribuído para promover a participação nos processos que constroem a comunidade, com vistas a criar relações mais horizontais e solidárias.

Contudo, pode-se pensar que essa discussão não está ligada a processos migratórios, mas se analisarmos com mais profundidade perceberemos que falar de comunidade e do poder comunitário, numa perspectiva de imigração, é construir a cidadania do sujeito que se desloca. Entendendo cidadania como “la necesidad de producir otras formas de racionalidad cuya intencionalidad explícita esté orientada a promover y producir condiciones para que la producción y reproducción de la vida en general sea posible” (ALVES, 2016, p. 88).

Produzir e viver a comunidade é um novo ponto de retorno, e por sua vez de projeção, pois constroem um modelo não convencional de sociedade, uma sociedade que se autogoverna a partir das comunidades. Desta maneira, Patrícia Mata Benito, enfatiza que a aprendizagem da cidadania e da participação acontece em diferentes espaços, de maneiras formais ou informais, mas se apresentam como espaços educativos, nos quais a troca de informações, intercâmbios socioculturais são tomados como processo pedagógico.

Nuestra experiencia de investigación en temas relacionados con participación ciudadana nos lleva a comprender el aprendizaje de la ciudadanía desde la propia práctica: se aprende a ser ciudadano siendo ciudadano. La ciudadanía no es una condición adquirida, sino un proceso que se construye en interacción con los demás, implicándonos personalmente en los grupos, procesos y tomas de decisiones de la vida en nuestra comunidad, en nuestro barrio, con la vecindad. (BENITO, 2015, p. 40).

A aprendizagem da cidadania é entendido como um processo prático, onde o cidadão ou cidadã apreende na atuação comunal ou comunitária, por meio de tomadas de decisão, execução e produção de conteúdos. Por outro lado, a autora também elenca três elementos para pensarmos o desafio da cidadania na contemporaneidade.

Primeiramente, necessitamos uma nova alfabetização social e política, que possa rever a maneira que a educação se articula em relação a um contexto complexo e diverso e facilita a compreensão e a criação de novos sentidos de pertencimento. Em segundo lugar, os valores contra hegemônicos associados à cidadania ativa, como a solidariedade, a igualdade ou a inclusão, devem adquirir sentido desde a prática. Em

terceiro, não se pode aprender a cidadania sem exercê-la, já que seu exercício constitui justamente um dos pilares da nossa formação como sujeitos políticos, e a aquisição de uma capacidade de ação que se aprende mediante a participação (BENITO, 2015).

Dentro do contexto de imigração, a participação comunitária e a ressignificação do espaço da cidadania são mecanismos para impedir, em muitos casos, a proliferação de violências físicas e simbólicas, que nascem através de ambientes que não existe a participação protagonista dos sujeitos imigrantes. Impedem, também, que sejam contadas histórias únicas do contexto imigratório e, por falta de diversidade, outra fronteira se crie, uma fronteira que segrega, reprime e menospreza.

A migração existe porque anteriormente foi desenhado um limite que separa um lugar do outro. Um marco territorial que divide e estabelece diferentes dinâmicas sociais, econômicas, políticas, linguísticas e culturais. Desta maneira, pensar fronteira é deslocar o olhar para além do espaço territorial, criando um movimento epistemológico de desterritorialização, que dentro e fora dos marcos físicos estabelecem um sentido novo de algo pulsante e de identidades em conflito, construção e desconstrução. Néstor García Canclini traz uma maneira pouco habitual de pensar fronteira em seu texto: *“Las fronteras dentro de los países, las naciones fuera de su territorio”*. Neste, o autor analisa os processos simbólicos que se expressam em metáforas na égide fronteira:

Las fronteras no solo separan un territorio nacional de otros: pueden segregar dentro del propio país y también pueden ser zonas de intercambio y solidaridad. Lo propio y lo ajeno se entremezclan: pertenecemos a redes que cruzan las fronteras nacionales y a veces nos sentimos extraños en la propia sociedad (CANCLINI, 2013, p. 15).

Dessa forma, existe dentro da lógica de fronteira uma linha esfumaçada, pois as fronteiras podem ser estabelecidas dentro de um próprio bairro, de uma rua ou até mesmo dentro de uma mesma casa a partir de diferentes economias, sociais, de gênero ou até mesmo de geração. Mas, entendendo fronteira como um marco entre países, o repertório de discussão se amplia, e agrega outro conceito para a discussão - a mobilidade - o deslocamento humano entre duas nacionalidades, condicionando a fronteira em um entrelaçar ainda mais complexo.

A mobilidade humana faz parte de uma tendência da globalização, que envolve os processos migratórios, geralmente, esses processos acontecem em países fronteiriços, mas ocorrem com frequência também entre países subdesenvolvidos para desenvolvidos. São deslocamentos territoriais que envolvem em si processos de interação cultural, simbólica e especialmente linguística entre dois ou mais países.

Ao analisarmos as práticas de mobilidade segundo vários aspectos, nas quais dinâmicas contemporâneas do espaço proporcionam um lugar para os encontros físicos diretos ou indiretos, em particular nas atividades menos programáveis e mais criativas. Entretanto, também, é possível analisar as mobilidades virtuais, ou seja, a interação e a significação de uma cultura por outra, e como a partir disso, podemos pensar as mobilidades físicas. Afinal, quais as distâncias para a mobilidade?

Podemos considerar a mobilidade como um sistema de movimentos potenciais, mais ou menos atualizados, que denominaremos virtualidades. Podemos classificar estas virtualidades segundo três categorias. A mobilidade torna-se possível porque existe uma oferta de mobilidade, a acessibilidade. A mobilidade é efetiva por que os seus operadores possuem uma competência de mobilidade. A mobilidade tem sentido porque, no quadro do domínio do espaço, ela entra na composição do capital social dos indivíduos.

Neste cenário, as mobilidades humanas podem ser pensadas através de um perspectiva do ciberespaço. Entretanto, se colocarmos as três categorias em uma disposição de mobilidade física elas também se adequam, pois a mobilidade humana só é possível a partir da acessibilidade, dos operadores e competência de mobilidade, e possui sentido porque compõe o capital social humano, a partir das interações físicas ou não que esse movimento impõe.

Dessa forma, é possível pensarmos em etapas metodológicas para a observação-ação-participativa. No primeiro nível ou primeira etapa é o que caracteriza a aproximação com ideias, categorias e autores que discutem a temática dos processos migratórios na contemporaneidade. Esse momento consiste na busca e a sistematização de dados sobre a migração venezuelana, com foco na mobilidade realizada por venezuelanos em Boa Vista, capital de Roraima.

As visitas a pontos estratégicos onde se dá a presença dos venezuelanos na cidade, especialmente, no abrigo “Fraternidade Sem Fronteiras”, constitui a segunda etapa. Nesse momento é importante a construção de um roteiro das oficinas de comunicação comunitária para os refugiados, no qual é realizada uma série de entrevistas para entender pontos necessários que irão contribuir para uma formação comunicacional. Essa construção é elaborada a partir da observação do ambiente, e análise das narrativas dos sujeitos sociais da pesquisa. Essa etapa é constituída pela elaboração coletiva das oficinas com os refugiados com a finalidade de identificar

sensibilidades, situações que evidenciem os laços distintos e comuns à experiência migratória, por meio dos instrumentos de trajetória de vida.

Essas trajetórias a que se refere serão sistematizadas em entrevistas abertas, com captação não linear, para apreender a forma de construção das representações simbólicas no espaço cotidiano da vida privada e pública dos atores sociais na transfronteira.

A terceira etapa é o momento destinado as oficinas, com intuito de oferecer ferramentas para a elaboração de conteúdos comunicacionais e a utilização da câmera de vídeo, anteriormente apontadas pelos sujeitos. Simultaneamente às oficinas haverá a produção dos conteúdos conforme a deliberação do grupo em torno à linguagem que será utilizada, que pode ser em áudio, escrita, audiovisual ou em convergência. Todas as produções serão veiculadas no *Site Somos Migrantes*, em uma aba criada especialmente para o projeto, mas poderão ser veiculadas em outras plataformas, páginas e sites, se for de vontade do grupo.

Diante disso, a metodologia se baseia numa pesquisa de caráter combinado, com aspectos trans-multi-metológicos na investigação de campo, e a aplicação instrumental de técnicas comunicacionais e de vídeos participativos centradas sobre a possibilidade de difusão no ciberespaço, onde um grande número de pessoas poderá ser alcançado estando livre de fronteiras. Estamos condicionados a viver entre fronteiras. Fronteiras que além de marcarem diferenças físicas, também, estabelecem lógicas diversas de sociabilidade e sentido sob o tecido social.

5. Considerações finais

Com a paulatina democratização do ciberespaço, a comunicação se fortalece como um instrumento político, podendo ser utilizado para emancipação das classes minoritárias. Grupos estes que foram invisibilizados e historicamente excluídos dos espaços de poder, causando assim, um conflito identitário por falta de representatividade nos espaços midiáticos e midiáticos.

A imigração mesmo não representando algo novo no mundo, é um desafio do século, principalmente no que se refere à recepção das pessoas que migram. Atualmente Roraima é o maior receptor da imigração em massa de venezuelanos para o Brasil, derivado da aguda crise político-econômica e o bloqueio financeiro que assola o país

vizinho. Mesmo, como signatário em acordos internacionais de direitos humanos, o Brasil ainda adota uma postura de resistência a projetos que possam gerir de forma mais adequada esse fluxo constante de pessoas. Ou seja, não há um projeto de acolhimento apresentado pelo governo federal para diminuir os impactos de uma imigração em massa.

Essa omissão por parte do governo gera uma instabilidade social no estado de Roraima, fazendo com que se crie uma barreira entre o nativo e o estrangeiro. A mídia tradicional, por sua vez, cria uma imagem distorcida do ser imigrante/refugiado, na qual muitas vezes se direciona para uma narrativa que reforça às violências físicas e simbólicas da xenofobia.

Frente a esse contexto, ao trabalhar oficinas comunicacionais com a câmera de vídeo e os próprios sujeitos refugiados para que eles possam produzir, desenvolver e veicular suas próprias versões sobre a imigração no estado, a partir da sua experiência pessoal e suas vivências autênticas de deslocamento. Essa produção comunitária que reforça a cidadania se mostra relevante academicamente por propor uma devolutiva social para uma questão emergente no estado, seguindo os passos de Darcy Ribeiro (1975) ao enfatizar que o papel da universidade é de possibilitar alternativas para os problemas emergentes da sociedade.

Logo, a comunicação é a via imageticamente mais palpável onde as realidades se formam, é por ela que os discursos são criados, veiculados, recepcionados e as histórias criam a materialidade. Para pensar em uma comunicação que produza outras versões do mesmo contexto é importante verificar como a legislação nacional prevê o direito à comunicação. No Brasil, a discussão em torno da democratização da mídia já completa mais de 30 anos, o Fundo Nacional de Democratização da Comunicação é a entidade que junto a outras mais como *intervozes* e *overomundo* discutem de forma constante o espaço democrático na comunicação do país.

Então, pensar a comunicação como um mecanismo para a democracia e a criação de uma identidade cidadã parece enfrentar diferentes fronteiras dentro do nosso próprio território. Então, surge a questão: Como pensar o direito à comunicação como garantia ao sujeito migrante de representar seu espaço no embate de discurso? Canclini (2013) relembra que “a extranjería es también, en ciertos momentos, una percepción y una representación simbólica. Es la conciencia que surge de un desajuste, una

momentânea pérdida de la identidad en la que tradicionalmente nos reconocemos” (CANCLINI, 2016, p. 2).

A possibilidade da expansão de uma comunicação mais heterogênea se faz possível com os entraves da nossa constituição, em grande parte, dentro do ciberespaço. Onde diferentes grupos e movimentos culturais passaram a produzir seu próprio conteúdo, e mesmo sem recurso, puderam veicular outros tipos de narrativas, com uma carga de representatividade mais ampla. Do mesmo modo, se consolida aos poucos entre os ativistas da comunidade o consenso no sentido de que a produção de discursos, a criação de narrativas e montagem de mensagens funcionais engendra um lugar político.

Por esse motivo, a comunicação comunitária ainda se apresenta como a utopia possível para a criação de um campo de discursos mais plurais e diversificados. É por meio desta pequena fissura que se abre a possibilidade de se ampliar horizontes.

A atuação em veículos comunitários pode ser compreendida como uma forma de funcionamento de uma comunidade gerativa, na medida em que se atua em consonância com estrutura comunitária em oposição à societária. Onde as relações são prioritariamente contratuais e menos marcadas por vínculos, como os que definem os laços comunitários. Igualmente, a produção comunitária parte do pressuposto político, seja ele um com viés educacional, resgate de uma memória de determinada população, seja cultural ou de resistência. O sentido de ser de uma produção comunitária é exatamente as demandas sociais e o preenchimento de lacunas de representatividade.

É possível, depois desse recorrido, observar que através da comunicação comunitária se faz possível o caminho da construção de outras narrativas, ressignificando a cidadania através da participação comunal e na atuação prática de produção de sentidos. Dialogando com as premissas entre o poder comunal e o poder comunicacional, se torna palpável a criação de um espaço para que os sujeitos migrantes criem diferentes histórias, mais plurais e transformadoras.

REFERÊNCIAS

BENITO, P. **Relatos y miradas en torno a la construcción de la ciudadanía**, Universidad Nacional de Educación a Distancia, UNED: 2015.

CANCLINI, N. **Las fronteras dentro de los países, las naciones fuera de su territorio**. Mexico: 2013

GORDILLO, I. **La fragmentación en el discurso audiovisual**. Disponível em: <www.hapaxmedia.net/ibercom/pdf/GordilloInmaculada.pdf> Acesso em 5 jun. 2017

HALMISTAD, V. **Cine sobre gente, gente sobre cine: Entre el documental televisivo y el académico**. STINT: Barcelona, 2003.

LIMA, V. **Em defesa da democratização dos meios de comunicação**. Comunicação & educação, Ano XIX, número 1: jan/jun 2014.

LÓPEZ, D. **Dramaturgia audiovisual**. Disponível em: <https://wiki.uab.es/> Acesso em 5 jun. 2017.

LORITE, N. y GRAU, J. Investigación audiovisual de las migraciones y el tratamiento de la diversidad en los medios de comunicación: un estudio de caso. En Granados, A. (Ed.) **Las representaciones de las migraciones en los medios de comunicación**. Madrid: Trotta. 2013.

LORITE, N. **La cámara como principal herramienta para la investigación audiovisual de los procesos de dinamización intercultural mediatizados**. Edição especial 20 anos do PPGCOM UFRGS, n. 34, set./dez, 2015.

_____. Informative Treatment of Immigration and Intercultural Dynamics Of Spanish Mass Media. In: URETA, I.(ed.) **Media, Migration and Public Opinion: Myths and Prejudices and the Challenge of Attaining Mutual Understanding between Europe and North Afric**. Oxford: Peter Lang, 2013.

_____. Televisión informativa y modelos de dinamización intercultural. In: Martínez Lilora, Maria (ed.). **Migraciones, discursos e ideologías en una sociedad globalizada: claves para su mejor comprensión**. San Fernando: Instituto Alicantino de cultura Juan Gil-Albert, 2010.

_____. **Los medios de comunicación como dinamizadores de la interculturalidad desde la doble mirada de Porto Alegre y Barcelona**. In: XIV Seminario APEC: Compartiendo el conocimiento. *Anales...* Barcelona: APEC., 2009.

_____. Discurso, inmigración y medios audiovisuales. In: BAÑÓN, A. y FORNIELLES, J. (Coords.) **Manual sobre Comunicación e Inmigración**. Bilbao: Gakoa, 2008.

_____. ¿Puede ser científica y objetiva la mirada audiovisual de la realidad migratoria? In LARIO, M. (coord.) **Medios de comunicación e inmigración**. Murcia: Convivir sin Racismo/Programa CAM Encuentro, 2006.

MALDONADO, A. E. **Transmetodología, cidadania comunicativa e transformação tecnocultural**. Edição especial 20 anos do PPGCOM UFRGS, (pp. 713-727) n. 34, set./dez., 2015.

_____. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani; ROSÁRIO,

Nísia Martins do (Orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa**. João Pessoa: Editora UFPB, 2008.

_____. Práxis teórico-metodológica na pesquisa. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

_____. Explorações sobre a problemática epistemológicas no campo das ciências da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo. (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. Produtos midiáticos, estratégias e recepção: a perspectiva transmetodológica. **Ciberlegenda**, n. 9, 20012.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Parecer Técnico nº 208/2017**. Populações indígenas; Direitos Humanos; Cidadania Indígena em Fronteiras Nacionais.

PATARRA, N. **Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais**. Estudos Avançados: 20 (57), 2006.

PERUZZO, C. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. Revista Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Manaus, 2013.

_____. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SERRANO REVILLYA. **Narrar con imágenes**. EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales. N.º 35, septiembre - diciembre, 2016.

SERANO PASCUAL, A. “**Investigación social con materiales visuales**”, Millan y SÁDABA, Igor (coord.) Metodología de la Investigación Social: Innovaciones y aplicaciones. Madrid: 2010.

SIMÕES, G.; CAVALCANTE L. CAMARGO, J. Resumo Executivo. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF, 2017.

SÁNCHEZ, David Montero; DOMÍNGUEZ, José Manuel Moreno. **El cambio social a través de las imágenes**. Guía para entender y utilizar el vídeo participativo. Madrid: Catarata, 2014.